



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA

## Gabinete do Prefeito - Atos Oficiais

### PROJETO DE LEI Nº /2026

**Súmula:-** Institui o Programa Municipal Bolsa Para o Futuro para a oferta de cursos de Ensino Médio integrados à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), autoriza a celebração de convênios com o Estado e o setor privado, estabelece critérios de seleção e manutenção das bolsas-auxílio, fixa responsabilidades administrativas, e dá outras providências.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, RODOLFO MOTA, PREFEITO DO MUNICÍPIO, OBEDECENDO AO DISPOSTO NO INCISO V, ARTIGO 55 DA LEI ORGÂNICA, SANCIONO A SEGUINTE:**

### **L E I:-**

**Art. 1º** Fica criado o Programa Municipal Bolsa Para o Futuro, com o objetivo de **apoiar e promover, em regime de cooperação e colaboração**, a oferta de cursos de Ensino Médio integrados à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), oferecidos pela Rede Estadual de Ensino, Instituições Federais, entidades do Sistema S e organizações da sociedade civil, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Emprego.

**Parágrafo Único.** Fica expressamente vedado ao Município, por meio deste Programa, a assunção direta da oferta ou manutenção de cursos de Ensino Médio, competência privativa do Estado do Paraná, conforme disposição da Constituição Federal e da Constituição Estadual.

**Art. 2º** O Programa tem como finalidades:

- I - Apoiar jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica a cursar o Ensino Médio/Profissionalizante, por meio de bolsas-auxílio e subsídios;
- II- Qualificar a mão de obra local conforme a vocação econômica do município, contribuindo para o desenvolvimento sustentável;
- III- Promover a inserção de jovens no mercado de trabalho local e reduzir o êxodo educacional;
- IV- Contribuir para a redução da taxa de evasão escolar no Ensino Médio no município.

**Art. 3º** Este Programa tem como metas principais:

- I- Reduzir a taxa de evasão escolar no Ensino Médio no Município.
- II- Ampliar o número de vagas oferecidas em cursos técnicos, priorizando conhecimentos específicos para os setores que fomentam a economia local.
- III- Promover a capacitação contínua de alunos na educação profissional, com foco em empregabilidade e desenvolvimento de competências socioemocionais.

**Art. 4º** Para a execução deste programa, o Executivo Municipal poderá firmar convênios e termos de cooperação com o Governo do Estado (Rede Estadual de Ensino); Instituições do Sistema S (SENAI, SENAC, SENAT, SENAR, SESI, SEBRAE); Instituições Federais de Ensino Técnico; Organizações da Sociedade Civil e empresas privadas.

**§ 1º** Os, termos de cooperação e instrumentos congêneres observarão a legislação federal de convênios parcerias (Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014), bem como a Lei Federal de Licitações e Contratos nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e normas municipais aplicáveis, especialmente quanto a:

- a) Transparência na seleção de parceiros;
- b) Prestação de contas e comprovação de aplicação de recursos;
- c) Compatibilidade com interesse público e benefício aos estudantes;
- d) Responsabilidade fiscal e vedação ao desvio de finalidade.

PL 022/2026 - PL-1491-29-01-2026 - - AUTORIA: Poder Executivo Municipal

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE EM <https://apucarana.legiflow.com.br/autenticidade/pdf/2901/2026/1844-0300-03> ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM 29/01/2026 ÀS 18:44:03.00 -03

CODIGO DO DOCUMENTO: 2901-2026-1844-0300-03 CHAVE DE VERIFICAÇÃO DE INTEGRIDADE: 7d4f0c0e7442260d004a46f2898b348a8a1



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA**  
Gabinete do Prefeito - Atos Oficiais

**§ 2º**

No caso de convênios com empresas privadas, será obrigatória a previsão de contrapartidas mensuráveis em benefício direto aos estudantes bolsistas, tais como:

- a) Oferta de vagas gratuitas ou com redução de mensalidade;  
b) Bolsas de estágio remunerado ou assistência complementar;  
c) Doação de materiais, equipamentos ou infraestrutura para educação profissional;  
d) Mentorias e acompanhamento de egressos no mercado de trabalho.

## Art. 5º

A seleção dos jovens em condição de vulnerabilidade social deverá seguir as regras específicas dos editais dos cursos a serem ofertados, sem prejuízo da observância dos seguintes critérios:

- I-** Serem alunos que cursaram integralmente o Ensino Fundamental em Escola Pública;
- II-** Residência comprovada no Município de Apucarana por período mínimo de 12 (doze) meses anteriores à inscrição;
- III-** Inscrição e regularidade em cadastro socioeconômico oficial, preferencialmente no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico);
- IV-** Matrícula confirmada em curso de Ensino Médio integrado ou concomitante à EPT oferecido por instituição parceira conveniada;

## Art. 6º

A bolsa-auxílio será concedida a título de auxílio pessoal, intransferível e não incorporável, com as seguintes características:

- I- Natureza jurídica:** auxílio pessoal de caráter assistencial, não remuneratório, sem gerar vínculo empregatício, direitos trabalhistas ou de proteção social;
- II- Titularidade:** pessoal e intransferível, podendo ser requerida exclusivamente pelo próprio estudante ou seu representante legal;
- III- Duração:** correspondente ao período de duração do curso conveniado, observado o disposto nos §§ 3º a 5º deste artigo;
- IV- Valor e composição:** a ser fixado em regulamento por decreto do Executivo Municipal, podendo variar conforme:
- a)** O custo de vida local e municipal;
  - b)** As necessidades específicas do estudante em situação de vulnerabilidade (transporte, alimentação, material didático);
  - c)** A disponibilidade orçamentária e vinculações constitucionais de educação.

**§ 19**

Para manutenção da bolsa-auxílio, o estudante deve atender aos seguintes requisitos:

- a) Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas do curso;
- b) Não reprovação ou abandono no período letivo anterior, ressalvadas hipóteses justificadas de força maior ou dificuldades de aprendizagem devidamente acompanhadas;
- c) Manutenção do vínculo de matrícula ativa na instituição ofertante;
- d) Permanência na condição de vulnerabilidade socioeconômica conforme reavaliação anual;
- e) Cumprimento de eventuais contrapartidas previstas no termo de concessão.

**§ 2º**

Fica vedado o acúmulo de bolsa-auxílio concedida por este Programa com outras bolsas de estudo de origens municipal, estadual ou federal, ressalvado subsídios de natureza assistencial de programas sociais diversos.

**§ 30**

A bolsa-auxílio será suspensa imediatamente, sem prejuízo de posterior cancelamento, caso o estudante:

- a) Não comprovar frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em dois períodos letivos consecutivos;
- b) For transferido ou desligado da instituição de ensino por motivo disciplinar;
- c) For preso ou condenado em processo criminal;
- d) Deixar de atender aos requisitos de vulnerabilidade socioeconômica conforme reavaliação.

**§ 4º**

O cancelamento definitivo da bolsa-auxílio, com notificação ao interessado e possibilidade de apresentação de defesa, ocorrerá após três meses de suspensão sem justificativa regularizada.

**§ 50**

Poderá haver renovação da bolsa, a cada novo período letivo, mediante verificação do atendimento aos requisitos previstos neste artigo, conforme regulamentação específica.

### Art. 7º

O Programa será regulamentado por decreto do Executivo Municipal, a ser publicado no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data da publicação desta Lei, disciplinando:

- I- Valor, composição e critérios de reajuste da bolsa-auxílio;
- II- Procedimentos, prazos e formas de inscrição e seleção;
- III- Modelo de termo de concessão e compromisso do bolsista;





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA


## Gabinete do Prefeito - Atos Oficiais

- IV- Critérios e procedimentos de suspensão e cancelamento da bolsa;
- V- Formas de acompanhamento, frequência e desempenho dos bolsistas;
- VI- Procedimentos de reavaliação de vulnerabilidade socioeconômica;
- VII- Modelo de convênio ou termo de cooperação com instituições parceiras;
- VIII- Responsabilidades de cada órgão municipal envolvido na execução;
- IX- Bases para formulação de editais de seleção, com garantia de publicidade, impessoalidade e igualdade de oportunidades;
- X - Vedações, penalidades administrativas e causas de inelegibilidade para futuros períodos;
- XI- Renda familiar do bolsista.

**Art. 8º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas se necessário.

**Art. 9º** Esta Lei em vigor na data de sua publicação.

**Município de Apucarana, em 29 de janeiro de 2026.**

**RODOLFO MOTA**  
Prefeito Municipal  
053.xxx.969-44  
29/01/2026 18:43:56  
Assinatura digital avançada.

**RODOLFO MOTA**  
Prefeito Municipal

PL 022/2026 - PL-I-491-29-01-2026 - - AUTORIA: Poder Executivo Municipal

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE EM <https://apucarana.legiflow.com.br/autenticidade/pdf>  
ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 29/01/2026 18:44:03.00 -03

CODIGO DO DOCUMENTO: 2898B348AA8A1  
CHAVE DE VERIFICAÇÃO DE INTEGRIDADE: /4f0CE744226DD004A6F2898B348AA8A1





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA

## Gabinete do Prefeito - Atos Oficiais

### JUSTIFICATIVA PL \_\_\_\_/2025

Senhor Presidente, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores;

Com nossos cordiais e respeitosos cumprimentos, encaminhamos à superior deliberação legislativa o projeto de lei em apenso, instituir o **Programa Municipal Bolsa Para o Futuro**, iniciativa voltada ao fortalecimento da educação básica integrada à **Educação Profissional e Tecnológica (EPT)**, como instrumento estratégico para a promoção do desenvolvimento social, econômico e produtivo do Município.

A proposta fundamenta-se na necessidade de ampliar oportunidades de formação educacional e profissional aos jovens, especialmente no nível do **Ensino Médio integrado à educação técnica**, contribuindo para a redução da evasão escolar, para a qualificação da mão de obra local e para a inserção dos estudantes no mercado de trabalho de forma digna e sustentável.

O Programa estrutura-se em regime de **cooperação e colaboração** com a Rede Estadual de Ensino, Instituições Federais, entidades do Sistema S e organizações da sociedade civil, otimizando recursos públicos e fortalecendo parcerias institucionais, em consonância com os princípios da eficiência administrativa e da gestão integrada das políticas públicas.

A coordenação do Programa pela **Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Emprego** reforça a articulação entre educação e desenvolvimento econômico, alinhando a formação profissional às demandas do setor produtivo local e regional, promovendo a geração de emprego, renda e inovação.

Ademais, a iniciativa encontra respaldo nos princípios constitucionais da educação, notadamente aqueles previstos nos artigos 205 e 214 da Constituição Federal, que estabelecem a educação como direito de todos e dever do Estado, bem como instrumento essencial para o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Diante do exposto, resta evidenciado o relevante interesse público da matéria, razão pela qual se submete o presente Projeto de Lei à apreciação desta Casa Legislativa, contando com o apoio dos nobres Vereadores para sua aprovação.



PL 022/2026

AUTORIA: Poder Executivo Municipal

